

Fogo chamuscou o governo

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Tom Jobim dizia que todo brasileiro deveria ter autorização, semelhante ao porte de arma, para utilizar caixa de fósforo. Há uma antiga mania de limpar terreno com fogo. O que deveria ser um aceiro pode se transformar, nos meses secos, agosto e setembro, em violento incêndio que caminha por quilômetros e devasta áreas enormes. A floresta se regenera, ano após ano, mas os animais sofrem muito e dificilmente retornam aos locais queimados, mesmo porque a maioria deles se transforma em pasto.

A violência e a extensão dos incêndios, que lavraram em todo o país, demonstram a incapacidade da burocracia de responder rapidamente aos desafios da vida assolada por fenômenos climáticos. O próprio presidente Lula admitiu que o governo e os estados não estão adequadamente preparados para enfrentar o fenômeno, embora ele seja sazonal. Ocorre todos os anos. Em Brasília, o responsável pela defesa do meio ambiente prometeu que, no futuro próximo, instalará postos para se antecipar à ocorrência do fogo. É a completa falta de noção da realidade.

O governo do presidente Lula é o mais notável ausente. Tão ausente que foi o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, ex-ministro da Justiça, que deu as ordens para que os órgãos do Poder Executivo deixassem as suas respectivas zonas de conforto e fossem à luta contra o fogo. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, limitou-se a constatar que até o final do século o Pantanal e boa parte da Amazônia terão desaparecido. Sua declaração é uma espécie de confissão de impotência. Os fazendeiros do Pantanal têm os

próprios meios para defender criações de gado e o meio ambiente, que rende bom dinheiro, por intermédio do turismo. Sempre ocorreu o fenômeno do fogo, em grandes incêndios naquela região. Agora, tomou proporções bíblicas e se consorciou com seca severa. A mistura dos dois elementos, somados ao vento forte, detonou o pior dos mundos na região. O pessoal do governo chamou os incêndios de criminosos. Não é isso. Ocorre o que Tom Jobim tinha identificado: o brasileiro tem mania de colocar fogo no mato. É a vocação para ser piromaniaco.

De certa forma, as mesmas desculpas são aplicadas aos problemas da Amazônia. No início do governo Lula, os órgãos oficiais anunciaram que protegeriam as reservas indígenas e proibiram o ingresso de garimpeiros na área. Queimaram equipamentos de alto valor, deram tiro para todos os cantos, transportaram índios doentes de helicóptero, levaram remédios e mamadeiras de avião. Foi um show destinado a convencer o pessoal do centro-sul de que o Norte estava protegido. Mera ilusão.

A Amazônia, em termos de área, é mais da metade do território brasileiro. Toda a Europa ocidental cabe ali. A França, por exemplo, tem tamanho parecido com Minas Gerais. Espanha com Bahia. As Forças Armadas brasileiras não têm condições de defender a fronteira nacional, vazada por contrabandistas de todos os tipos. A Amazônia continua entregue à própria sorte. Os ambientalistas oficiais querem transformá-la num santuário para os gringos fotografarem macaco e jacaré.

O garimpo é outro problema sério e profundo. O ouro brasileiro é contrabandeado

para o exterior, não paga impostos e rende muito para investidores estrangeiros. Segundo os cálculos dos especialistas, os garimpeiros somam cerca de 25 mil a 30 mil brasileiros que entram na mata, correm todos os riscos, em busca do metal precioso. Fazem isso porque há muito ouro na Amazônia. Óbvio. A tragédia do óbvio é não ser reconhecido.

Extotar os garimpeiros é abandonar uma riqueza considerável e admitir que há brasileiros de primeira e segunda classe. É mais fácil chamar a polícia, fazer algumas operações na frente dos repórteres de televisão e depois esquecer o assunto. É o que o governo fez. Ou seja, não avançou em nada no sentido de incorporar a Amazônia como entidade econômica ao centro-sul do país. A única medida efetiva em favor da Amazônia foi a criação da Zona Franca de Manaus, por Roberto Campos, nos anos 1960. A esquerda combate até a abertura de estradas, o que permitiria maior circulação da riqueza. É um reacionarismo insensato.

O fogo teve o mérito de chamar atenção de todo o Brasil para a realidade da vida dos brasileiros na Amazônia. Os pantaneiros foram lembrados por sua aflição diante da expansão das labaredas que prejudicaram a criação de gado e invadiram as áreas de proteção ambiental. É uma tragédia que o governo não conseguiu perceber. Ficou atônito, na expectativa de que o assunto se resolvesse por ação do divino ou de uma chuva fora de hora. Nada disso aconteceu, e a burocracia tenta um segundo golpe: depois da liberação de verbas, a criação da Autoridade Climática, que ninguém sabe o que seria porque já existe o Ministério do Meio Ambiente. Muitas palavras e nenhuma ação.

PcD: sem educação inclusiva, inserção no mercado de trabalho não avança

» DJALMA SCARTEZINI

Psicólogo, comunicador e docente do ensino superior. É CEO da Rede Empresarial de Inclusão Social (REIS)

A Lei de Cotas (nº 8.213/91) para a inclusão das pessoas com deficiência (PcD) no mercado de trabalho completou, em julho, 33 anos de existência com um balanço que poderia ser muito melhor. Em 2010, o censo do IBGE indicou que o nosso país tem, pelo menos, 45 milhões de brasileiros que se reconhecem com algum tipo de deficiência, o que equivale a 24% da população. Na outra ponta, o Ministério do Trabalho e Emprego contabilizou que apenas 545,9 mil desses talentos estão empregados em 2024. Já se passaram mais de três décadas desde a promulgação da lei, e chegou o momento de recalcularmos a rota enquanto nação para garantirmos o direito ao trabalho para tantos homens e mulheres com deficiência espalhados pelos quatro cantos do país.

Enquanto REIS, estamos em constante movimentação para que, em um futuro breve, tenhamos um número expressivo de talentos com deficiência ocupando todos os cargos e também as posições de alta gestão e liderança. Mas, se quisermos que esse público esteja verdadeiramente preparado para adentrar o mercado de trabalho e construir uma carreira de sucesso, é necessário compartilharmos coletivamente essa responsabilidade com todos os setores da sociedade, sobretudo com a educação.

A educação é um direito humano fundamental e inegociável. Em nosso país, ela é assegurada pela Constituição Federal de 1988 e por demais legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além da própria Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Recentemente, um estudo realizado pelo Equidade, info, iniciativa da Escola de Educação da Universidade de Stanford, dos Estados Unidos, constatou que a educação básica brasileira é composta por 12,8% de estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem. Isso significa dizer que são mais de 6 milhões de alunos com deficiência distribuídos entre a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Desse total, quantos sairão da escola com uma formação de qualidade? Quantos ingressarão no ensino superior? Todos conseguirão adentrar no mercado de trabalho? E quantos conseguirão permanecer e ascender profissionalmente?

No Brasil, foi somente na década de 1950 que as classes especiais começaram a surgir e as pessoas com deficiência começaram a ter o direito à escolarização. Vinte anos mais tarde, na década de 1970, as classes comuns começaram a receber os alunos atípicos. Mas, ainda hoje, recebemos casos de crianças que têm suas matrículas dificultadas ou até mesmo negadas. Meus pais, mesmo com privilégios, tiveram muita dificuldade na minha escolarização. E, como podemos perceber, essas centenas de anos de atraso fazem as pessoas com deficiência largarem em desvantagem na corrida por uma vaga de emprego.

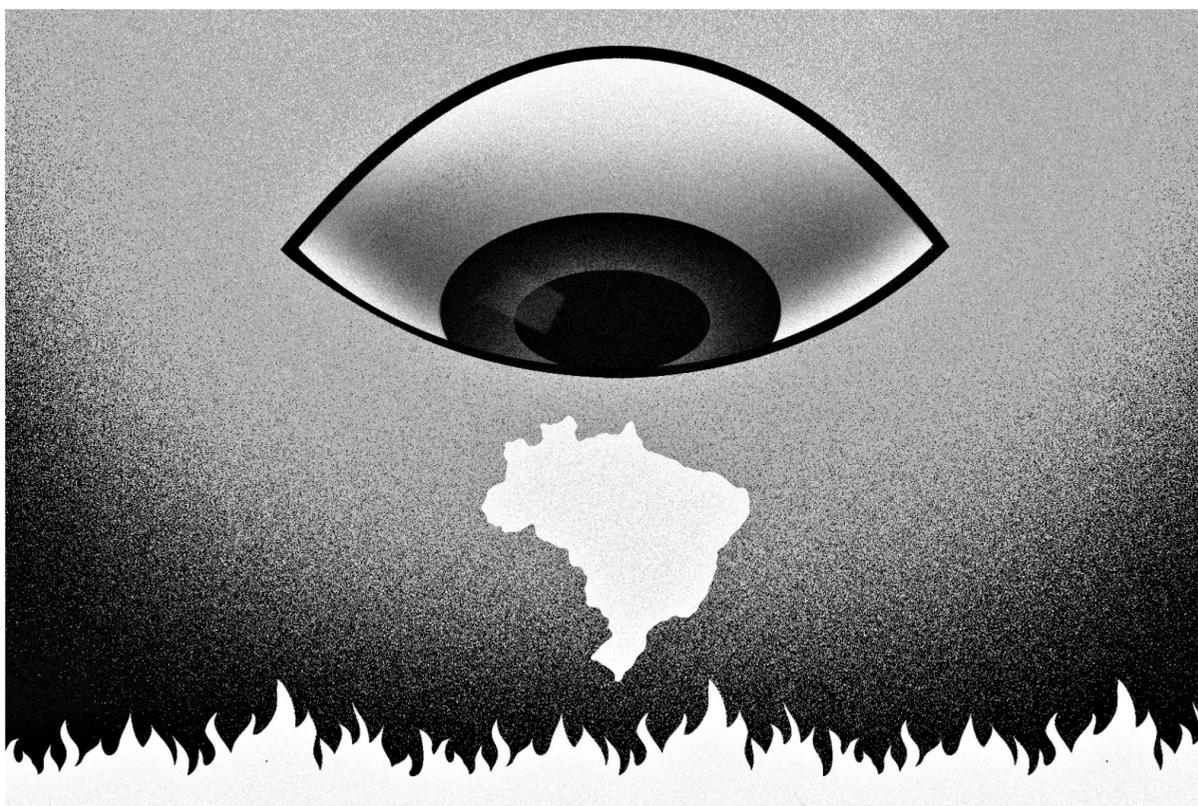
Entretanto, como um homem com deficiência e psicólogo especialista em inclusão, posso dizer que nem sempre receber uma educação de qualidade será suficiente para os estudantes com deficiência. É essencial que eles também estejam capacitados para se integrar plenamente na sociedade. Essa preparação vai além da formação profissional, é necessário que desenvolvam habilidades sociais e estejam aptos a lidar com os desafios que surgem no dia a dia de empresas e corporações.

Por esses motivos, os municípios, os estados e a União precisam tratar a educação inclusiva como uma agenda prioritária e oferecer o suporte necessário para que as escolas consigam promover uma transição eficaz dos jovens com deficiência para a vida adulta. Basta analisarmos a configuração do atual mercado contemporâneo, que nunca esteve tão competitivo como hoje. Para além das habilidades técnicas, cada um de nós carrega consigo uma bagagem cultural e social marcada por aprendizados, obstáculos e conquistas.

Depois da família, a escola é o primeiro espaço de socialização das crianças. A entrada delas no ambiente escolar marca a ruptura de um ciclo e o início de uma nova etapa tanto para nós, pais, mães e cuidadores, quanto para os pequenos. Hoje, como pai, mas também como a única criança com deficiência em quase todas as escolas em que estudei, posso dizer que é nesse espaço que aprendemos a lidar, pela primeira vez, com indivíduos de outros contextos sociais e culturais. É também nele que a criança sem deficiência se tornará permeável para as diferenças a fim de que, no futuro, ao ingressar no mercado de trabalho, já tenha a inclusão social como valor.

E quando falamos de pessoas com deficiência, essas experiências iniciais da fase escolar têm um grau de importância ainda maior, uma vez que, essa população passou grande parte da história da humanidade isolada do convívio social — ora segregada, ora escondida. Por isso, nós, da REIS, temos um posicionamento firme e a favor das escolas regulares e inclusivas para crianças com deficiência.

Estamos às vésperas das eleições que decidirão quem serão os futuros prefeitos e prefeitas, para além dos vereadores, nos próximos quatro anos. É do poder público municipal a responsabilidade de garantir a educação infantil e o ensino fundamental, e precisamos estar atentos a como nossas escolhas impactarão a inclusão social das pessoas com deficiência desde a educação básica até o mercado de trabalho. Não podemos continuar atuando de maneira desintegrada. É necessária uma frente ampla entre a sociedade civil organizada, os governos, as escolas e o setor empresarial para dobrarmos o número de pessoas com deficiência formalmente contratadas até 2030. Esse é o objetivo da REIS, mas apenas com o esforço conjunto de todos e todas conseguiremos acelerar o alcance desse resultado.



Sorria: você não vai morrer

» ROBERTO MUGGIATI
Jornalista, escritor e saxofonista

O homem nasce agraciado com uma única certeza: a de que vai morrer. Só não sabe quando, nem como. Nossa reação a essa fatalidade é pessoal e intransferível. A maioria, logo arrastada pelas engrenagens sociais, deixa de lado a ideia da morte, já que ela é inevitável e — otimistamente — remota. Em casos extremos, há os obcecados. Destaco o sujeito que, aos 20 anos, estimou que poderia viver mais 60 — ou seja, 1.684.800.000 segundos — e iniciou a contagem regressiva para a morte: 1.684.799.999, 1.684.799.998, 1.684.799.997... Uma parábola digna de Borges ou de Paul Auster.

Com a vida mais ou menos assentada depois dos 40 anos, tive pela primeira vez tempo ocioso para pensar na morte, tomado por aquele sentimento que Shakespeare descreveu no monólogo de Hamlet: “O medo de algo depois da morte/esse país desconhecido de cujo território/nenhum viajante retornou”. Em noites de insônia, eu vislumbrava meu epitáfio incompleto: Roberto Muggiati • 1937 - ????. Ao primeiro segundo do ano 2000, suspirei aliviado. Agora, a data fecharia com dois-mil-e-qualquercoisa, não importava mais, eu estava no lucro.

Escolhi até uma frase para a lápide, inspirado no meu poeta de cabeceira, Cole Porter: “It was great fun, but it was just one of those things”. Resumindo: a vida foi divertida, mas banal. O alto custo do metro quadrado nos cemitérios — alguns túmulos cariocas são mais caros do que um duplex na orla de Ipanema — me levaram a optar pela cremação. Como a urna com as cinzas ostentaria um rótulo, recorri novamente a Cole Porter: Too Darn Hot (danado de quente).

Agora, o que está em voga é a compostagem: em vez dos ossos e das cinzas estéreis, nossos restos mortais servirão pelo menos como fertilizante. O tambor contendo meus despojos será carimbado com uma frase da única parceria assinada por Cole Porter, Don't fence me in: “Oh, gimme land, lots of land under stary skies above, don't fence me in” (Deem-me terra, muita terra, debaixo de céus estrelados, não me encurralem).

Enfim, a boa notícia é esta: para muitos de nós, aquela morte dolorida e horrenda, tão temida, foi definitivamente cancelada. Não mais situações clichê, como “lutava há anos contra um câncer”, “paraplégico

ou tetraplégico por sequelas de um AVC”, “condição estável mantida por aparelhos”. Na nova ordem, uma parcela considerável continuará viva e ativa, lúcida, lúcica e lúbrica ainda por muitos anos.

Cito alguns dos contemplados: Hermeto Pascoal, 88 anos, com sua música telúrica; o maestro João Carlos Martins, 84; os jornalistas Mino Carta, 91, Zuenir Ventura, 93, e Wilson Figueiredo, 100 anos; o escritor e educador Arnaldo Niskier, 89; o filólogo Evanildo Bechara, 96; os atores Fernanda Montenegro, 94, e Othon Bastos, 91; o cineasta e poeta Sylvio Back, 87; os pintores Anna Bella Geiger, 91, e Fernando Veloso, 94; a poeta Adélia Prado, 89; e o contista Dalton Trevisan, 99.

Ouso incluir-me nessa turma bem-aventurada. Aos 87 anos, sinto-me tão saudável como aos 20 anos, com um bônus: a serenidade e a sabedoria trazidas pelo tempo. Sem alimentar ilusões, sei que um belo dia vou apagar, como uma vela que se extingue, uma bateria que descarrega. Na moita, espero, sem dor, como quem não quer nada, dormindo talvez, levado pela espuma dos dias, adentrarei suavemente aquela noite amiga.